



## PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 022. PROVA OBJETIVA

#### PROFESSOR II – HISTÓRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte da folha de redação, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Faz alguns anos que um grupo de amigos se reúne comigo para ler poesia. Numa dessas reuniões nos deparamos com esta afirmação de Gandhi: “Eu nunca acreditei que a sobrevivência fosse um valor último. A vida, para ser bela, deve estar cercada de vontade, de bondade e de liberdade. Essas são coisas pelas quais vale a pena morrer”. Essas palavras provocaram um silêncio meditativo, até que um dos membros do grupo, que se chama Canoeiros, sugeriu que fizéssemos um exercício espiritual. Um joguinho de “faz de conta”. “Vamos fazer de conta que sabemos que temos apenas um ano a mais de vida. Como é que viveremos sabendo que o tempo é curto?”

A consciência da morte nos dá uma maravilhosa lucidez. D. Juan, o bruxo do livro de Carlos Castañeda, *Viajem a Ixtlan*, advertia seu discípulo: “Essa bem pode ser a sua última batalha sobre a terra”. Sim, bem pode ser. Somente os tolos pensam de outra forma. E se ela pode ser a última batalha, que seja uma batalha que valha a pena. E, com isso, nos libertamos de uma infinidade de coisas tolas e mesquinhas que permitimos se aninhem em nossos pensamentos e coração. Resta então a pergunta: “O que é o essencial?”. Um conhecido meu, ao saber que tinha um câncer no cérebro e que lhe restavam não mais que seis meses de vida, começou uma vida nova. As etiquetas sociais não mais faziam sentido. Passou a receber somente as pessoas que desejava receber, os amigos, com quem podia compartilhar seus sentimentos. Eliot se refere a um tempo em que ficamos livres da compulsão prática – fazer, fazer, fazer. Não havia mais nada a fazer. Era hora de se entregar inteiramente ao deleite da vida: ver os cenários que ele amava, ouvir as músicas que lhe davam prazer, ler os textos antigos que o haviam alimentado.

O fato é que, sem que o saibamos, todos nós estamos enfermos de morte e é preciso viver a vida com sabedoria para que ela, a vida, não seja estragada pela loucura que nos cerca.

(Rubem Alves. *Variações sobre o prazer*. Santo Agostinho, Nietzsche, Marx e Babette. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2011. Adaptado)

**01.** Uma afirmação condizente com o ponto de vista expresso no texto é:

- (A) O homem se torna mais sábio à medida que envelhece, tendo em vista que a maturidade o desobriga de seguir as convenções estabelecidas socialmente.
- (B) Para que as pessoas se curem de suas enfermidades de morte, é essencial que saibam realizar as atividades do cotidiano com espírito prático e objetivo.
- (C) A reflexão acerca da finitude da vida permite que o indivíduo avalie suas prioridades, de modo a dedicar-se ao que de fato lhe é importante e lhe dá satisfação.
- (D) A ocupação com afazeres práticos constitui uma maneira salutar de não nos deixarmos paralisar pela consciência de que a morte nos espreita a todo instante.
- (E) O objetivo do ser humano não inclui a sobrevivência individual, tampouco o prazer pessoal, pois sua existência se torna válida conforme se sacrifica pela coletividade.

**02.** Apresentam sentidos opostos na construção da argumentação as seguintes expressões do 2º parágrafo:

- (A) consciência da morte; maravilhosa lucidez.
- (B) coisas tolas e mesquinhas; deleite da vida.
- (C) uma batalha que valha a pena; uma vida nova.
- (D) compulsão prática; fazer, fazer, fazer.
- (E) última batalha sobre a terra; o essencial.

**03.** No trecho “ver os cenários que ele amava, ouvir as músicas que lhe davam prazer, ler os textos antigos que o haviam alimentado”, o termo “que” tem função pronominal, por remeter a expressões nominais, assim como ocorre em:

- (A) Eu nunca acreditei que a sobrevivência fosse um valor último. (1º parágrafo)
- (B) E se ela pode ser a última batalha, que seja uma batalha... (2º parágrafo)
- (C) Um conhecido meu, ao saber que tinha um câncer no cérebro [...], começou uma vida nova. (2º parágrafo)
- (D) Passou a receber somente as pessoas que desejava receber... (2º parágrafo)
- (E) ... sem que o saibamos, todos nós estamos enfermos de morte... (3º parágrafo)

04. No que se refere à concordância da norma-padrão da língua, um trecho do texto está corretamente reescrito em:
- (A) Um grupo de amigos e eu se reúnem há alguns anos para ler poesia.
  - (B) Vontade, bondade e liberdade são tudo o que devem cercar a vida para ser bela.
  - (C) Sabemos que nos é dado, com a consciência da morte, uma maravilhosa lucidez.
  - (D) Somente aos tolos é facultado pensar de outra forma.
  - (E) Nas etiquetas sociais não se viam mais sentido.
05. Acerca da linguagem empregada no texto, é correto afirmar:
- (A) A expressão destacada em “um grupo de amigos **se reúne** comigo” está substituída conforme a norma-padrão da língua por *tem reunido-se*.
  - (B) Com relação ao emprego do sinal indicativo de crase, a expressão *levaram-nos à* substitui corretamente o termo destacado em “Essas palavras **provocaram** um silêncio meditativo”.
  - (C) No trecho “Era hora de se entregar inteiramente ao deleite da vida: ver os cenários que ele amava, ouvir as músicas que lhe davam prazer, ler os textos antigos que o haviam alimentado”, o sentido mantém-se inalterado com a substituição dos dois-pontos pela vírgula acompanhada de *contudo*.
  - (D) Em “E, com isso, nos libertamos de uma infinidade de coisas tolas e **mesquinhas** que permitimos se aninhem em nossos pensamentos e coração”, a expressão destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por *auspiciosas*.
  - (E) Os conectivos destacados em “é preciso viver a vida **com** sabedoria **para que** ela, a vida, não seja estragada pela loucura que nos cerca” estabelecem, respectivamente, relações de instrumento e finalidade.
06. Um dos desafios pedagógicos em direção à escola pública de qualidade é a interação família-escola, especialmente quando entra em pauta o fracasso escolar. De acordo com a discussão de Castro e Regattieri (2009), assinale a alternativa cuja postura poderia ser considerada acertada por parte da escola.
- (A) A responsabilidade pelo fracasso escolar se deve à distância ou ao desinteresse dos pais, exigindo que a escola os conscientize nesse sentido e cobre uma participação efetiva de compromisso educativo.
  - (B) A escola deve valorizar os professores como representantes do saber, evitando que as falas dos pais, frequentemente de cultura iletrada, interfiram na realidade do aluno e desestimule o fazer pedagógico.
  - (C) É preciso superar o estigma do fracasso escolar, o que acontece quando a escola nivela as exigências de acompanhamento dos pais, independentemente dos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos.
  - (D) As condições próprias de cada família para essa interação têm de ser consideradas quando a escola estipula suas exigências quanto ao acompanhamento dos alunos pelos pais.
  - (E) É importante que as conversas sobre desempenho dos alunos estejam devidamente colocadas nas reuniões coletivas semestrais, quando os limites e possibilidades de cada aluno são partilhados junto ao grupo de pais.
07. Ao mesmo tempo em que se intensificam as trocas de longa distância, pelo uso das tecnologias de transporte e principalmente de comunicação atuais, também testemunhamos o resgate de iniciativas locais, o que Naisbitt denomina “paradoxo global”. Tendo esse contexto de globalização como cenário, Dowbor (2007) propõe algumas possibilidades e exigências para a prática educativa. De acordo com o autor, é correto afirmar que
- (A) a escola deve priorizar o desenvolvimento individual de seus alunos, de modo que construam um estoque básico de conhecimentos.
  - (B) a educação para o futuro deve resguardar as especificidades locais diante do avanço da globalização, rejeitando-a como impeditivo do desenvolvimento do país.
  - (C) a escola de qualidade assegura a superação das limitações locais, na medida em que tem como temas exclusivos aspectos macrossociais e globais da atualidade.
  - (D) o estudante deve ser formado como cidadão do mundo para se emancipar, assumindo o estágio avançado da globalização e superando o paradoxo de Naisbitt.
  - (E) o potencial emancipador da educação está na formação articulada que permite compreender as necessidades comuns e as possibilidades locais de intervenção.

08. Em uma reunião de trabalho coletivo pedagógico semanal, no início do semestre, a professora de Geografia propôs um projeto para o 7º ano a respeito do Cerrado Brasileiro. Após a reunião, ficou acertado que os estudantes, organizados em grupos, deveriam produzir ao final do estudo um texto informativo, com as caracterizações desse bioma e a representação gráfica de seus índices de desmatamento e espécies ameaçadas de extinção. Cada grupo também deveria montar um painel com o tema *A riqueza das texturas do cerrado: penas, peles e pelos de animais*. Os painéis seriam expostos no pátio principal da escola até o término do semestre letivo. Com base nessa proposta, é correto afirmar que se trata de uma atividade
- (A) disciplinar, pois tem como conteúdo de base a matéria Geografia, independentemente dos subprodutos gerados.
  - (B) interdisciplinar, porque articula conhecimentos de várias disciplinas como Geografia, Língua Portuguesa, Matemática e Artes.
  - (C) interdisciplinar, porque trata de conteúdos extra-escolares a partir da ação conjunta do corpo docente.
  - (D) transdisciplinar, porque os conteúdos temáticos tratados não são parte do currículo nacional comum.
  - (E) transdisciplinar, porque tem a ética como seu eixo, conferindo ao conteúdo temático um caráter de contextualização.
09. Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de avaliação mediadora discutido por Hoffmann (1994).
- (A) A avaliação exige do professor uma relação de troca de conhecimentos com o aluno, em que ambos refletem sobre a produção e a compreensão dos objetos de conhecimento orientadas à superação e ao enriquecimento do saber.
  - (B) A avaliação tem como propósito verificar o acompanhamento dos alunos em relação aos conteúdos para comparar os sujeitos e quantificar indicadores que servem de base para intervenções na prática de sala de aula.
  - (C) A avaliação valoriza a classificação dos estudantes como modo de mediação da escola com a sociedade, incorporando princípios de regulação da vida econômica e política.
  - (D) A exigência na avaliação assegura o caminho para a qualidade na escola, escapando das armadilhas de um modelo permissivo de baixa reprovação e falta de compromisso com a democratização do saber.
  - (E) A avaliação bem planejada estipula um ideal de resposta esperada e de nível de conhecimento, assegurando a objetividade do professor e a consequente justiça pedagógica ao aluno.
10. “[...] apanhar os objetos de estudo nas suas relações internas significa verificar como a ação humana entra na definição de uma coisa, isto é, ver nas relações entre as coisas os significados sociais que lhes são dados e a que necessidades sociais e humanas está vinculado o objeto de conhecimento” (Libâneo, 2013). Esse trecho corrobora com o entendimento de que método de ensino deve
- (A) separar-se em método objetivo, para ciências naturais e exatas; e método subjetivo, para ciências humanas e artes, sujeitas às respectivas significações sociais.
  - (B) levar em conta que a apropriação de conhecimentos tem seu sentido dado em sua ligação com necessidades humanas e a transformação da realidade social.
  - (C) ser problematizado como conceito didático em desuso, pois desconsidera o protagonismo do estudante em seu processo de aprendizagem.
  - (D) ser fundamentalmente um conjunto de procedimentos, técnicas e medidas para o ensino-aprendizagem de um conteúdo.
  - (E) evitar a proposição de objetivos, pois limitam as possibilidades de significação social do processo pedagógico.
11. Considere o trecho a seguir: “Caracterizam-se pela forma de abordar um determinado tema ou conhecimento, permitindo uma aproximação da identidade e das experiências dos alunos, e um vínculo dos conteúdos escolares entre si e com os conhecimentos e saberes produzidos no contexto social e cultural, assim como com problemas que dele emergem. Dessa forma, eles ultrapassam os limites das áreas e conteúdos curriculares tradicionalmente trabalhados pela escola, uma vez que implicam o desenvolvimento de atividades práticas, de estratégias de pesquisa, de busca e uso de diferentes fontes de informação, de sua ordenação, análise, interpretação e representação” (Moura, 2010). Essa descrição corresponde à proposta pedagógica
- (A) neo-tradicional.
  - (B) freireana.
  - (C) de projetos.
  - (D) holística.
  - (E) montessoriana.
12. A respeito do papel da escola pública, Pimenta (1990) entende que ela deve
- (A) democratizar seu acesso pelo alinhamento liberal às necessidades do mercado de trabalho, possibilitando ao aluno superar barreiras socioeconômicas.
  - (B) priorizar os estudantes cujo esforço se materializa no sucesso escolar, elevando o nível dos indicadores de ensino por suas performances.
  - (C) compreender a desigualdade natural de talentos, promovendo uma cultura escolar de democracia meritocrática.
  - (D) relativizar a discussão sobre qualidade do ensino, enquanto o Brasil não atinge níveis elevados de acesso da população à escola pública.
  - (E) problematizar junto aos estudantes como o conhecimento serve a uma estrutura historicamente colocada de dominação e privilégio.

13. A respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é correto afirmar que
- (A) corresponde a um sistema de ensino paralelo à oferta regular, que normatiza o funcionamento das escolas especializadas na educação e no atendimento de crianças com necessidades especiais.
  - (B) se trata da oferta pública e aberta a todos os estudantes que apresentam dificuldade em sua performance acadêmica, inclusive aqueles já egressos do sistema regular de ensino.
  - (C) é parte do projeto político pedagógico da escola, sendo preferencialmente ofertado na unidade escolar comum aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação e altas habilidades.
  - (D) é voltado para estudantes com limitações severas de aprendizado, cuja inserção em sala de aula comum prejudica seu funcionamento regular e a oferta de uma educação de qualidade a todos.
  - (E) tem caráter complementar à formação regular do aluno visando a sua autonomia e ao desenvolvimento, sendo, portanto, de oferta facultativa para os sistemas de ensino, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial.
14. Em uma atividade em dupla no 6º ano do ensino fundamental, houve conflito entre alunos de um mesmo grupo. Diego afirmava que Joana queria colar a resposta que ele havia produzido e que tinha medo de ser punido, enquanto a menina observava que o colega tinha de deixá-la consultar o material, pois havia participado na fase de troca de ideias, enquanto o colega anotava. Valendo-se do referencial reflexivo de Telma Vinha (1999) a respeito do desenvolvimento moral das crianças, é correto afirmar que, no caso,
- (A) a postura de Diego indica uma relação heterônoma com a regra escolar que proíbe a cola, pois a aplica indiscriminadamente à situação de trabalho em grupo, revelando pouca reflexão própria sobre a regra.
  - (B) a reação de Joana à crítica do colega é típica da fase de desenvolvimento moral da heteronomia, uma vez que a menina busca a resposta pronta elaborada por Diego em detrimento da reflexão própria.
  - (C) ambas as crianças, pela faixa etária em que se encontram, devem ser consideradas autônomas, o que significa que a situação conflituosa deve ser resolvida por elas sem suporte docente.
  - (D) a proposta da atividade é inadequada, porque desconsidera a autonomia das crianças na escolha de realizarem a atividade de modo individual ou em parceria, impondo um procedimento pedagógico.
  - (E) o conflito tornou-se um obstáculo para a formação ética e o desenvolvimento moral dos alunos, por acentuar as diferenças, criar animosidade e distanciar os agentes de uma convivência harmoniosa.
15. De acordo com Zabala (1998), é correto afirmar, a respeito da relação entre a aprendizagem e a função social do ensino:
- (A) conteúdo é um conceito estreito e bem delimitado, que corresponde às contribuições de disciplinas e matérias para o desenvolvimento dos alunos.
  - (B) denomina-se currículo oculto aqueles conteúdos que ficam dispersos em um modelo integral de formação, pela falta de delimitação dos conteúdos.
  - (C) a fórmula magistral é resultado de uma concepção de ensino-aprendizagem amadurecida pela experiência, que pode ser replicada ante a diversidade de situações e alunos.
  - (D) o método ideal surge para substituir o defasado modelo tradicional de ensino, superando as barreiras anteriores pela proposição universal de base científica.
  - (E) formar integralmente o estudante exige tratar diferentes tipos de capacidades e conteúdos, considerando ainda que as necessidades formativas variam constantemente.
16. De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal Brasileira, de 1988, a União deve aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.
- Devem ser usados para as necessidades do ensino \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ o montante destinado aos programas \_\_\_\_\_ de alimentação e assistência à \_\_\_\_\_.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas com os termos a respeito desses recursos públicos destinados ao ensino.
- (A) fundamental ... incluindo ... suplementares ... educação especial
  - (B) fundamental ... excluindo ... obrigatórios ... saúde
  - (C) obrigatório ... incluindo ... suplementares ... educação especial
  - (D) obrigatório ... excluindo ... suplementares ... saúde
  - (E) obrigatório ... incluindo ... obrigatórios ... saúde

17. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990) é o principal instrumento legislativo acerca dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com suas regulamentações, é acertado dizer que
- (A) punições e castigos físicos estão legalmente banidos do espaço escolar, devendo-se estabelecer preferência por formas de coerção psicológica para desencorajar comportamentos indesejáveis, reconduzindo o estudante para a convivência regular com seus pares.
  - (B) a família tem autonomia quanto ao modelo de educação por ela praticado, com plena liberdade assegurada pelo estatuto sobre os mecanismos usados para a formação de atitudes e valores de seus filhos, convergente a princípios de diversas origens culturais, tradicionais ou religiosas.
  - (C) a frequência ao sistema de ensino é obrigatória, implicando em prejuízo às famílias que não asseguram o comparecimento regular de seus filhos à escola, exceção dada àquelas que declaram junto à autoridade competente sua opção pela modalidade do ensino domiciliar.
  - (D) é infração passível de multa o fato de o professor ou o responsável pelo estabelecimento de ensino fundamental deixar de comunicar à autoridade competente, diante da suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
  - (E) é de responsabilidade do Conselho Tutelar a decisão pelo acolhimento institucional de crianças que sofram maus-tratos por parte das famílias, dispensando-se assim a participação morosa do sistema judiciário na tomada de providências.
18. O ensino fundamental no Brasil atende a mais de 27 milhões de crianças, de acordo com o Censo Escolar de 2017, o que equivale à matrícula de 98% da população entre 6 e 14 anos. Todavia, a conquista da universalização vem acompanhada do reconhecimento de que boa parcela do alunado não sai com a devida proficiência em conteúdos centrais de português e matemática. Os esforços de superação desse cenário passam, inclusive, por dispositivos legais. O artigo 5º da Resolução CNE/CEB 07/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental) traz um desses princípios para uma educação não apenas universal, mas de qualidade, como consta na alternativa:
- (A) o direito a uma educação igualitária, que trate pedagogicamente todos os alunos do mesmo modo, pois essa uniformização é a base da escolarização democrática.
  - (B) o fim gradual obrigatório da seriação nos anos finais do fundamental em direção à constituição de ciclos bianuais, ampliando o tempo e as condições de formação dos estudantes para atingir as metas pedagógicas.
  - (C) a importância de tratar de modo diferenciado o que é desigual no ponto de partida, assegurando, pela equidade, desenvolvimento e aprendizagens a todos.
  - (D) a delimitação clara e precisa do currículo nacional, pois a fixação dos conteúdos evita o desperdício de esforços com temas locais sob o pretexto da diversificação curricular, promotores de desigualdade.
  - (E) a prevalência dos aspectos quantitativos da aprendizagem sobre os qualitativos, de modo a promover uma cultura de alta performance e resultados na educação pública.

Texto base para as questões de números 19 e 20.

Um professor de Ciências propôs como atividade para as turmas de 8º ano a checagem da veracidade de notícias relacionadas ao aquecimento global que circulam nas redes sociais, mapeando conteúdos que se configuram como *fake news* (notícias falsas). Os estudantes devem levantar um conjunto de notícias a serem conferidas, estabelecendo procedimentos metodológicos para prová-las verdadeiras ou falsas, e redigir uma notícia baseada em fundamentos científicos como alternativa a uma das *fake news* identificadas no semestre. Após o término dessa atividade, foi combinado junto ao grêmio estudantil um debate a respeito das ameaças representadas às sociedades democráticas pelas *fake news*.

19. Avalie a atividade descrita no texto de acordo com o que é expresso pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e assinale a alternativa correta.

- (A) Tem um interessante potencial pedagógico, porém não deve ser incorporada ao eixo curricular da escola, por depender de tarefas que estão fora do controle do corpo docente.
- (B) É uma proposta consistente, mas que pode ser expandida como projeto transdisciplinar, pois trabalha temas transversais, como ética, meio ambiente, democracia e permite a contribuição de diversas disciplinas.
- (C) É contributiva à formação do estudante do ensino fundamental II, devendo ser submetida à aprovação de comissões governamentais responsáveis pela normalização dos conteúdos escolares.
- (D) Para ser adotada pela escola, ela deve ser coordenada pelo professor de língua portuguesa, que tem a primazia sobre as atividades que envolvam produção escrita e interpretação de texto.
- (E) É uma alternativa pedagógica criativa e abrangente, mas se afasta da BNCC pela tendência de valorizar o universo digital, visando gerar o interesse do estudante ao invés de promover uma efetiva motivação acadêmica.

20. Com relação à atividade descrita, para que seja consistente em relação à BNCC, o professor de Ciências deve apresentar a seguinte justificativa:

- (A) Porque evidencia o imediatismo, a efemeridade e a superficialidade das informações típicas da cultura digital, promovendo uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas.
- (B) Porque se opõe aos conteúdos escolares tradicionais, abrindo espaço para os saberes produzidos na vida social, mais úteis do que aqueles oriundos de teorias acadêmicas.
- (C) Porque independe dos conhecimentos historicamente construídos, privilegiando o enfrentamento de uma realidade social sujeita a intensas mudanças.
- (D) Porque compreende o valor da cultura digital enquanto favorecedora e divulgadora do pensamento crítico e científico, marcadamente democratizado pelas redes sociais.
- (E) Porque incorpora o uso das tecnologias em sala de aula, enfatizando a importância dos saberes em linguagem de programação e informática para o êxito profissional e pessoal dos estudantes.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Consideramos que a escola e, em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. É ela, em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural.

[Ricardo Oriá. Memória e ensino de história. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998].

Segundo o fragmento citado, é correto afirmar que a escola e o ensino de História,

- (A) ao defenderem currículos padronizados, valorizam o patrimônio cultural brasileiro uma vez que, ao estabelecerem um padrão uniforme considerado correto e verdadeiro, estimulam a cidadania e a pluralidade de ideias.
- (B) pretendem impulsionar uma formação pautada pela valorização dos personagens e narrativas dos chamados protagonistas de uma nação, como forma de exercitar a versão eurocentrista consagrada como patrimônio cultural do país.
- (C) não sofreram mudanças substanciais nos últimos anos em relação ao conteúdo e às práticas pedagógicas, com especial destaque para a permanência de conceitos considerados ultrapassados para o pleno exercício da cidadania.
- (D) estão inseridos em um contexto de manutenção de uma ordem social privilegiada, que considera fundamental o ensino de uma cidadania dissociada de uma prática que viole e ameace a neutralidade das ciências.
- (E) ao socializarem o conhecimento historicamente produzido, preparam as atuais e futuras gerações para a construção de novos saberes que valorizem o patrimônio cultural e estimulam a prática e a formação cidadã.

22. A história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões.

(BRASIL, Ministério da Educação. *BNCC – Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental – História*)

De acordo com a BNCC, é correto afirmar que, para o ensino de história,

- (A) o papel das versões e sentidos não tem relação com a prática cotidiana em sala de aula diante da passividade por parte de diferentes sujeitos envolvidos na relação ensino aprendizagem.
  - (B) a escolha de múltiplas visões dificulta o aprendizado diante da oferta de informações e versões que caracterizam a geração de estudantes que enfrentam o conhecimento oficial.
  - (C) evidenciar o caráter de disputa de narrativas e sentidos, a partir de diferentes lugares e contextos, que devem ser valorizados pelos docentes em seu cotidiano escolar.
  - (D) as inovações curriculares produziram profissionais envolvidos por práticas cada vez mais questionadoras e polêmicas que acabam atrapalhando o andamento do curso de maneira inconseqüente.
  - (E) não interessa a interpretação de certos grupos sociais para o estudo da história, uma vez que esses sujeitos buscam utilizar-se de narrativas e versões de maneira aleatória.
23. Ao utilizar-se do filme no processo de ensino, ainda acredito que todo o esforço do professor de humanidades deve ser no sentido de mostrar à maneira do conhecimento histórico – *o filme também é produzido*, também ele irradia um processo de pluralização de sentidos ou de verdades – e, da mesma forma que na História, o filme é *uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente*.

[Elias Thomé Saliba. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998]

A partir do excerto, é correto afirmar que

- (A) os filmes, a partir de um determinado período, tornam-se obras anacrônicas e ultrapassadas que não podem mais ser utilizadas em sala de aula.
- (B) os sentidos dos documentos imagéticos antigos costumam permanecer inalterados ao longo do tempo diante dos avanços tecnológicos.
- (C) a pluralização de temas que os filmes abarcam pode prejudicar o ensino de humanidades diante de tanta diversidade de fontes de pesquisa.
- (D) os filmes devem ser constantemente utilizados e analisados considerando o processo histórico no qual foi produzido e a intencionalidade de seus sentidos.
- (E) o ensino de humanidades deixou de incorporar outras linguagens ao considerar o uso da linguagem audiovisual em suas práticas de ensino.

24. Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes.

(BRASIL, Ministério da Educação. *BNCC – Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental – História*)

De acordo com a BNCC, é correto afirmar que o ensino de História

- (A) deve ser inovador ao priorizar registros mais contemporâneos e dinâmicos como os produzidos pelas redes sociais.
- (B) a partir desses elementos, transforma-se em aprendizado, laboratório da memória voltado a construção de um saber próprio.
- (C) deixou de passar por um processo de renovação metodológica a partir das novas ferramentas tecnológicas utilizadas em educação.
- (D) por meio dos registros antigos e pouco utilizados, foram substituídos por mecanismos de aprendizagem mais atraentes e contemporâneos.
- (E) passa por um processo de consolidação de uma prática mais objetiva em substituição a subjetividade de algumas estratégias de aula.

25. O mesmo acontece na construção da obra, isto é, toda obra pressupõe um sistema compreensível para todos, sustentado na convencionalidade de um sistema de comunicação (língua, traços, formas, gestos...) comum a uma dada comunidade. O enunciado remete a obra à sua história e é inseparável do autor, porque expressa a individualidade de quem fala, o seu estilo e a sua construção composicional.

[Antonia Terra. *História e dialogismo*. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998]

A partir do excerto, é correto afirmar que toda obra pressupõe e

- (A) anuncia um sentido que a individualiza e a torna não reproduzível.
- (B) produz um significado para ser reproduzível em outro contexto.
- (C) carrega elementos universais reproduzíveis por outros autores.
- (D) pode ser compreendida como a totalidade de um período analisado.
- (E) sustenta um sistema universal de sentidos ao ser reproduzida.

26. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos etc.

[Circe Bittencourt. *Livro didático entre textos e imagens*. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998]

O excerto sugere que o livro didático para o ensino de História é

- (A) uma forma de excluir a capacidade de criação e organização da prática didática dos professores que o utilizam.
- (B) um apoio básico que sistematiza conteúdos considerados e selecionados de acordo com a época na qual foi produzido.
- (C) o único suporte de ensino possível diante do pouco protagonismo de estudantes por causa das novas ferramentas de comunicação.
- (D) considerado obsoleto pelos professores diante da unidade de temas e assuntos abordados de forma acrítica.
- (E) um recurso didático que produz um saber de excelência diante da atemporalidade de seus temas e assuntos.

27. O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas.

[Maria Auxiliadora Schmidt. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998].

De acordo com o excerto, é correto afirmar que

- (A) a pluralidade de sujeitos que expande a compreensão de um contexto deve ser ampliada e problematizada pelo professor de História.
- (B) os novos sujeitos, defendidos por algumas correntes da História, podem prejudicar o rigor acadêmico das grandes narrativas históricas.
- (C) o professor de História não pode transformar temas importantes em problemáticas subjetivas que desvie o foco do assunto.
- (D) as recentes pesquisas em ensino de História consideram os temas identitários um empecilho a compreensão crítica dos temas estudados.
- (E) os grupos de especialistas em ensino de História tentam impor um ponto de vista revisionista que precisa ser considerado.

28. (...) Os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade.

[Katia Abud. Currículos de História e Políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*, 1998]

O excerto faz menção ao currículo entendido como um

- (A) discurso neutro, considerado fundamental para a compreensão de narrativas universais para cidadãos especialistas nessa área.
- (B) espaço consolidado pelas narrativas hegemônicas presentes na memória de uma sociedade sem margem a questionamentos.
- (C) discurso ultrapassado, uma vez que as correntes contemporâneas buscam resgatar a memória excluída dos textos clássicos.
- (D) programa de governo para educação que possui um viés consagrado e aceito sem questionamento pela consciência coletiva de um período.
- (E) território em disputa a ser analisado pelas escolhas e estratégias de narrativas consolidadas como verdades absolutas.

29. A comparação em história faz ver melhor o Outro. Se o tema for, por exemplo, pintura corporal, a comparação entre pinturas de povos indígenas originários e de populações urbanas pode ser bastante esclarecedora quanto ao funcionamento das diferentes sociedades. Indagações sobre, por exemplo, as origens das tintas utilizadas, os instrumentos para a realização da pintura e o tempo de duração dos desenhos no corpo esclarecem sobre os deslocamentos necessários para a obtenção de tinta, as classificações sociais sugeridas pelos desenhos ou, ainda, a natureza da comunicação contida no desenho corporal.

(BRASIL. Ministério da Educação. *BNCC – Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental – História*)

De acordo com a BNCC, é correto afirmar que, por meio da pintura corporal,

- (A) a comparação com linguagens consideradas de outras áreas do conhecimento trouxe aos temas da História uma insegurança conceitual como, por exemplo, a pintura corporal.
- (B) a idealização da chamada interdisciplinaridade pode causar um esvaziamento das análises históricas quando prioriza a linguagem das artes em detrimento do rigor da pesquisa.
- (C) e outras linguagens, podemos comparar, identificar diferenças e semelhanças, rupturas, organizar dados, entre outras possibilidades, que ampliam e aprofundam os assuntos estudados.
- (D) os estudos sobre metodologias inovadoras consideraram o uso de múltiplas linguagens, um exemplo de visão reduzida de disputas políticas consideradas ultrapassadas.
- (E) os estudos sobre a interdisciplinaridade ganharam outro patamar ao considerarem as linguagens artísticas como linha auxiliar das pesquisas em História.

30. É muito recentemente que historiadores brasileiros têm se debruçado sobre a revisão e a reescrita de toda história, isto é, dos acontecimentos no processo histórico e das versões historiográficas sobre esse processo.

[Eduardo França Paiva. De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil. Em Lana Mara de Castro Siman e Thais Nívia de Lima e Fonseca (org). *Inaugurando a História e construindo a nação*. Discursos e imagens no ensino de História, 2001]

A partir do artigo, é correto afirmar que

- (A) os historiadores brasileiros revisionistas foram responsáveis pela inserção no Brasil de uma corrente ultrapassada que desvirtuou as narrativas abrangentes e complexas dos temas clássicos.
- (B) as versões historiográficas no Brasil são parte de uma narrativa conservadora que busca de maneira totalizante legitimar e impor uma única narrativa acerca dos fatos pesquisados.
- (C) independentemente de qualquer narrativa considerada inovadora, a historiografia deve se ater aos discursos totalizantes que explicam de forma pormenorizada os fatos e assuntos analisados.
- (D) as disputas em torno das narrativas da história são parte da complexidade e abrangência na luta por uma memória que considere diferentes sujeitos historicamente silenciados.
- (E) os discursos e as narrativas da historiografia brasileira são ultrapassadas diante da inovação provocada por campos de pesquisas que refutam temas considerados superados.

31. Por outro lado, bastante diferente é o quadro que se apresenta na produção de material didático e paradidático: é raro o texto didático que não faça referência ao tema e são muito expressivos, em termos quantitativos, os títulos de textos paradidáticos que tomam como referência o evento mineiro de 1788-89. Como poderíamos explicar tamanho distanciamento entre, de um lado, o imaginário nacional e o complexo editorial ligado ao ensino, no plano dos quais ainda se produzem muitos livros e opúsculos sobre o tema e, de outro, a produção acadêmica, com tão reduzidos índices?

[João Pinto Furtado. Imaginando a nação: o ensino da história da Inconfidência Mineira na perspectiva da crítica historiográfica. Em Lana Mara de Castro Siman e Thais Nívia de Lima e Fonseca (org). *Inaugurando a História e construindo a nação*. Discursos e imagens no ensino de História, 2001]

O excerto deve ser compreendido

- (A) como uma tentativa de imposição do discurso acadêmico sobre a pouca relevância de alguns temas.
- (B) por meio do discurso acadêmico em detrimento da contribuição das abordagens dos livros didáticos.
- (C) pelos estudiosos de temas menores da História do Brasil, como, por exemplo, o caso da Inconfidência Mineira.
- (D) como parte de uma disputa de narrativas, muitas vezes construída de maneira desigual, sobre determinados temas da História.
- (E) por meio de uma escolha entre os saberes escolares ou acadêmicos conforme gosto pessoal dos pesquisadores.

32. É inegável que a riqueza de abordagens presentes na literatura europeia e norte-americana, especializada no estudo da cartografia histórica, muito tem contribuído para esse despertar. Entretanto, imputar-lhe total responsabilidade pelo fascínio que mapas e cartas antigas têm exercido sobre uma fração significativa dos estudiosos das ciências humanas, para ficarmos apenas neste campo do saber científico, equivaleria a desprezar a força de variáveis sócio-políticas e culturais no processo de valorização deste objeto de análise que, em muitos casos, também nos apresenta como uma fonte de pesquisa histórica extremamente fértil.

[Maria Eliza Linhares Borges. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica portuguesa e terras de além-mar. Em Lana Mara de Castro Siman e Thais Nívia de Lima e Fonseca (org). *Inaugurando a História e construindo a nação. Discursos e imagens no ensino de História*, 2001]

De acordo com o excerto, a cartografia histórica é

- (A) um recurso considerado universalizante para a compreensão de fenômenos históricos produzidos de maneira neutra.
- (B) parte da problemática acerca do discurso renovador das ciências humanas ao tentar impor uma narrativa desprovida de contexto.
- (C) produzida em contextos que devem ser problematizados pelos pesquisadores como forma de ampliar e valorizar essa linguagem.
- (D) alvo de discursos entusiasmados por parte da pesquisa histórica desde que considerada como linha auxiliar da historiografia.
- (E) um recurso das ciências humanas adaptadas à especificidade dessa linguagem para contrapor-se à chamada história tradicional.

33. Leia a pergunta feita à historiadora Natalie Zemon Davis.

Seu livro *O retorno de Martin Guerre*, de 1983, gerou muitos debates, e ao lado de *Montaillou*, de Le Roy Ladurie, e *O queijo e os vermes*, de C. Ginzburg, tem sido elogiado como pertencente à tradição pós-modernista em historiografia.

(Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *As muitas faces da história – Nove entrevistas*, 2000)

As obras citadas fazem parte da chamada

- (A) história das estruturas.
- (B) ego-história.
- (C) história dos eventos.
- (D) história quantitativa.
- (E) micro-história.

34. Leia um excerto da entrevista com o historiador Carlo Ginzburg.

Devo dizer inicialmente que o considero muito mais interessante do que seus seguidores. O que é especialmente desinteressante neles é que tomam as suas metáforas como explicações, o que é um absurdo. É inegável que ele descobriu novos tópicos, novas áreas do conhecimento e teve também algumas ideias interessantes, como, por exemplo, a ideia da microfísica do poder.

(Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, *As muitas faces da história – Nove entrevistas*, 2000. Adaptado)

O historiador italiano avalia a obra de

- (A) Karl Marx.
- (B) Pierre Nora.
- (C) Raymond Aron.
- (D) Michael Foucault.
- (E) Jean-Paul Sartre.

35. [...] o absolutismo inglês foi derrubado em meados do século XVII [...] o absolutismo prussiano sobreviveu até um período avançado do século XIX [...]

(Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*, 1998)

Perry Anderson faz referência a esses processos para

- (A) justificar a marca burguesa do Estado absolutista, instituído para servir ao desenvolvimento industrial.
- (B) mostrar que o objeto absolutismo europeu não possui uma única temporalidade capaz de abarcá-lo.
- (C) apontar as contradições da formação dos Estados Modernos, porque se instituíram para servir às classes populares.
- (D) demonstrar a inadequação do termo absolutismo para caracterizar as ordens presentes na Idade Moderna europeia.
- (E) destacar a condição realmente absolutista da ordem política da Modernidade, na qual o poder do rei era, de fato, ilimitado.

36. [...] a produção historiográfica sobre o período colonial não conheceu, durante a década de 60, obras particularmente significativas no tocante às abordagens de história da cultura.

[Laura de Mello e Souza, Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. Em: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, 1998]

Para Laura de Mello e Souza, tal ocorrência pode ter relação com

- (A) a aproximação teórico-metodológica da História com as outras Ciências Humanas, em especial a Antropologia, decorrendo assim uma inibição nas pesquisas que não fossem sobre as condições materiais reais.
- (B) as diretrizes das agências de financiamento de pesquisas, como a Capes e o CNPq, interessadas em diagnosticar os limites do desenvolvimento econômico nacional e as desigualdades regionais.
- (C) uma conjuntura histórica de resistência contra a ordem autoritária, contra a qual as Ciências Humanas estiveram mais atentas às formas de luta política ou do funcionamento da economia.
- (D) a formação de universidades públicas voltadas para o ensino e a pesquisa em Ciência e Tecnologia, e com pequena dedicação aos clássicos conhecimentos das Ciências Humanas.
- (E) um movimento cultural mais amplo que defendia um conhecimento histórico essencialmente pautado em documentos oficiais, condição que inviabilizou pesquisas sobre os aspectos culturais.

37. Em relação à questão de uma ruptura revolucionária [de 1930], a problemática das relações Estado-sociedade configura-se como eixo de análises a partir da influência interdisciplinar. Destaca-se como fundamental a análise de Francisco Weffort sobre o “Estado de compromisso”.

[Vavy Pacheco Borges, Anos trinta e política: história e historiografia. Em: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, 1998]

“Estado de compromisso” pode ser conceituado como

- (A) a articulação entre a burguesia industrial e as classes médias urbanas para reestruturar as arcaicas relações fundiárias.
- (B) a incapacidade das forças políticas progressistas em assumir o poder depois da ruptura institucional que pôs fim à Primeira República.
- (C) a condição na qual nenhum dos grupos participantes pode oferecer exclusivamente ao Estado as bases de sua legitimidade.
- (D) uma estrutura política de atendimento das principais reivindicações das classes populares, como a reforma agrária.
- (E) a ordem construída após a queda da República Oligárquica na qual o poder hegemônico esteve nas mãos do tenentismo.

38. A partir dos anos 50, aproximadamente, uma nova concepção revitalizou os estudos sobre a escravidão negra. Há uma renovação do interesse pela escravidão negra nos Estados Unidos, com trabalhos de David Brion Davis, Charles Wagley, Boxer e Genovene, que questionaram as teses Tannebaum, Elkins e, conseqüentemente, Gilberto Freyre. Argumentaram que o escravismo anglo-saxônico pouco diferia daquele instituído por povos de outra origem, inexistindo um sistema mais brando que outro e sendo as variações ao longo do tempo menos significativas que os padrões subjacentes de unidade.

[Suely Robles Reis de Queiróz, Escravidão negra em debate. Em: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, 1998. Adaptado]

Segundo o artigo, a repercussão dessas ideias no Brasil teve como efeito

- (A) uma mudança na historiografia da escravidão, e esta passou a ser entendida como com fundamental para se compreender o processo de acumulação do capital.
- (B) a resistência da universidade em estudar a escravidão, o que terminou por ocorrer em centro de estudos independentes, como Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro.
- (C) a retomada da discussão sobre a importância do uso da mão de obra indígena na formação do imaginário nacional e as decorrências negativas da escravidão africana.
- (D) a revalorização das teses sobre como se deveria fazer a História do Brasil, construída, no século XIX, pelo Colégio Dom Pedro II.
- (E) a elaboração de teorias que mostravam a especificidade da exploração do trabalho cativo no Brasil, em especial porque havia certa docilidade na relação senhor-escravo.

39. A Constituição Federal, aprovada pela Assembleia Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891, cumpriu a promessa de descentralizar uma das palavras de ordem do manifesto republicano de 1870 – “Centralização, desmembramento; descentralização, unidade”.

[Joseph Love, A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). Em: Carlos Guilherme Mota (org.). *A experiência brasileira. A grande transação*, 2000]

Trata-se de exemplo de descentralização, presente na Carta de 1891,

- (A) a proibição que as mercadorias produzidas por um estado fossem comercializadas para outras unidades da federação.
- (B) a permissão que um estado, depois da concordância da maioria dos outros estados, deixasse de fazer parte do país.
- (C) a condição de que cada estado tinha a sua própria política cambial, com direito a desvalorizar ou valorizar o mil-réis.
- (D) a autoridade que os estados tinham sobre as jazidas minerais que estivessem dentro das suas fronteiras.
- (E) a possibilidade de os estados ficarem com todas as rendas tributárias, inclusive com o imposto de importação.

40. Pode-se afirmar que as características geográficas de várias regiões, com especial incidência no sudeste, dificultaram significativamente a penetração portuguesa no sertão, condicionando a forma de ocupação do território brasileiro nos séculos XVI e XVII. [...]

Além dos condicionamentos de ordem geográfica, fatores de natureza socioeconômica e geopolítica encontram-se na origem da “colonização pontual”, ou seja, a ocupação apenas dos pontos estratégicos da orla costeira.

[Jorge Couto, *A gênese do Brasil*. Em: Carlos Guilherme Mota (org). *A experiência brasileira*. Formação: histórias, 2000]

Em relação aos “fatores de natureza socioeconômica e geopolítica”, é correto considerar

- (A) a frágil tradição portuguesa, com negócios mercantis e as restrições presentes no Tratado de Madrid para interiorizar a colonização.
  - (B) a ausência de uma nobreza representativa em Portugal e os frequentes ataques militares dos ingleses nas costas da América portuguesa.
  - (C) o desinteresse da elite portuguesa pela agroindústria e a aliança entre tupiniquins e franceses, que impedia o avanço para o interior.
  - (D) a ausência de capitais em Portugal e as restrições da Coroa portuguesa para a exploração do interior dos seus domínios americanos.
  - (E) a pequena população em Portugal e a necessidade da produção açucareira se concentrar nas proximidades da faixa marítima.
41. Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente Brasília” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado [...] os termos “negros da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro para designar os indígenas enquanto verdadeiros habitantes da terra.

[Stuart B. Schwartz, “Gente da terra braziliense da nasção”. *Pensando o Brasil: a construção de um povo*. Em Carlos Guilherme Mota (org). *A experiência brasileira*. Formação: histórias, 2000]

O uso dos termos “negros da terra” e “índios” para a designação dos indígenas, segundo Stuart Schwartz, tem relação com

- (A) a capacidade produtiva de determinado grupo indígena.
- (B) o status econômico e jurídico dos nativos da América portuguesa.
- (C) o nível de conhecimento que os índios tinham da língua portuguesa.
- (D) a medida de conhecimento que os indígenas tinham da legislação lusa.
- (E) o grau de adaptação das aldeias indígenas com o trabalho produtivo.

42. [...] não somente a situação dos trabalhadores era desalentadora, como ainda o quadro político se agravou durante a presidência de Costa e Silva, a partir de setembro de 1968. [...] Como o Congresso Nacional garantiu, por votação nominal, a imunidade parlamentar [de um] deputado, protegendo a tribuna da Câmara, onde ele discursara, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, no dia seguinte à referida votação.

[Evaldo Vieira, *Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização*. Em: Carlos Guilherme Mota. *A experiência brasileira*. A grande transação, 2000]

O Ato Institucional nº 5 – o AI-5 –

- (A) retomava parte dos princípios liberais da Constituição de 1946, como o direito do parlamento em criar uma CPI.
  - (B) reforçou o poder das Assembleias Legislativas porque os deputados estaduais passaram a ser eleitos pelo voto direto.
  - (C) não tinha prazo de vigência e dava ao presidente da república, entre outros poderes, decretar estado de sítio sem qualquer impedimento.
  - (D) ampliou determinações presentes na Constituição de 1967, como a proibição de propaganda política na televisão e no rádio.
  - (E) consolidava os Atos Institucionais anteriores e ampliava o arco de ação do Poder Judiciário, em especial do STF.
43. Cabe perguntar como o livro didático trata a temática indígena: Qual é a imagem dos índios nos livros didáticos? Como o livro didático transmite informações sobre outras culturas e sobre outros povos

[Luís Donisete Benzi Grupioni, *Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil*. Em: Aracy Lopes da Silva & Luís Donisete Benzi Grupioni (org.). *A temática indígena na escola*. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus, 1995. Adaptado]

Entre outras críticas, o artigo citado aponta que os livros didáticos

- (A) não apresentam as sociedades indígenas na época da chegada europeia na América, tratado com um espaço desabitado.
- (B) consideram que os povos indígenas não deixaram seus traços culturais na formação da sociedade brasileira.
- (C) avaliam que os índios encontrados pelos primeiros colonizadores forjaram traços negativos no caráter do brasileiro.
- (D) operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu nessas sociedades.
- (E) enfatizam a visão das sociedades indígenas e, praticamente, não tratam do olhar dos colonizadores.

44. [...] as relações entre Brasil e Argentina tornaram-se mais profundas com a eleição de Jânio Quadros, que promoveu um encontro com Arturo Frondizi, presidente argentino, na cidade de Uruguaiana, fronteira com a Argentina, onde conversaram sobre problemas comuns e a necessidade de superar, por um esforço conjunto de cooperação, a antiga rivalidade.

O Brasil, nesse momento, adotou a chamada política externa independente numa direção próxima do que Perón denominava “terceira posição”.

(Maria Helena Capelato, O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. Em: Carlos Guilherme Mota org). *A experiência brasileira. A grande transação*, 2000]

Perón entendia a “terceira posição” como uma ordem

- (A) nem capitalista nem socialista, o que significava uma posição equidistante entre EUA e União Soviética.
- (B) de aversão às proposituras econômicas capitalistas e o apoio radical ao liberalismo político.
- (C) defensora da planificação econômica associada a uma diplomacia de aproximação com as nações orientais.
- (D) próxima à experiência socialista iugoslava, na qual a extrema liberdade econômica era combinada com controle social.
- (E) economicamente liberal, mas com fortes traços de controle estatal sobre as práticas culturais.

45. Algumas conclusões podem ser apresentadas; em primeiro lugar, a participação política das mulheres durante as lutas pela independência precisa ser levada em consideração, pois sua presença e comportamento não têm sido suficientemente notados e valorizados.

(Maria Lígia Coelho Prado, *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*, 1999)

O excerto está relacionado ao contexto de

- (A) disputa em torno das narrativas históricas eurocentristas que reproduziam uma visão patriarcal e reduzida dos processos de luta na América Latina.
- (B) consolidação do revisionismo metodológico que busca impor uma narrativa distorcida dos fatos amplamente analisados pela historiografia latino-americana.
- (C) lutas por narrativas que retomem as abordagens classistas e hegemônicas em torno dos movimentos revolucionários latino-americanos.
- (D) um movimento marginal de renovação da historiografia, na qual as versões consagradas devem se contrapor ao discurso identitário.
- (E) participação de correntes historiográficas, que desejam reestabelecer os paradigmas e as narrativas clássicas, acerca das independências latino-americanas.

46. Seria fundamental examinar a diversidade do mapa do feudalismo ocidental que emergiu a partir do século IX. Os historiadores soviéticos Liublinskaya, Gutnova e Udaltsova sugeriam corretamente uma tríplice classificação.

(Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, 1988. Adaptado)

Faz parte dessa “tríplice classificação”,

- (A) a Espanha e Portugal, espaços onde o feudalismo se enraizou de forma mais radical, sendo que as relações entre os servos e os senhores eram marcadas por detalhadas obrigações, porque as instituições romanas foram pouco presentes.
- (B) a Europa Ocidental, região sem a presença de povos invasores e que preservou integralmente as principais instituições jurídicas romanas e se contrapôs à desordem política originária do Oriente, gerando uma ordem feudal tênue.
- (C) a França e parte da península Ibérica, territórios sob o domínio dos árabes até o século X e que conheceram superficialmente as relações feudais de produção, nos quais os servos detinham amplos direitos.
- (D) a parte mais Oriental da Europa, espaço de marcante presença de povos bárbaros e que adotou as principais instituições dos visigodos, como as relações de dependência pessoal, e que desconhecia a tradição romana.
- (E) a Alemanha, a Escandinávia e a Inglaterra, regiões onde houve uma lenta transição ao feudalismo sob a dominância nativa da herança bárbara, porque não ocorreu um enraizamento profundo do governo romano.

47. Nas histórias da colonização, de modo geral, opõe-se o caso de Portugal, com suas feitorias, ao da Espanha, dotada de um verdadeiro império territorial. A oposição, sem dúvida, pode ter existido, mas falta a verdadeira explicação, pois no Brasil foi de fato um império territorial que os portugueses erigiram.

(Marc Ferro, *História das colonizações – Das conquistas às independências – século XIII a XX*)

A “verdadeira explicação”, para Marc Ferro, consiste em

- (A) reconhecer que no Brasil os conquistadores enfrentaram tribos dispersas e, na África negra, os povos do Mali e do Congo, por exemplo, impediram a instalação dos portugueses.
- (B) apreender as características do Estado português desde o século XIV, no qual a decisiva dependência do poder econômico da burguesia o obrigava a fazer investimentos voltados à produção de manufaturas.
- (C) perceber a prioridade da Coroa portuguesa oferecida aos seus domínios ultramarinos, que se materializava em transferir a maior parte da população rural do país para tais domínios.
- (D) dimensionar que a construção de um imenso império colonial foi motivada por uma leitura religiosa da realidade e, assim, o que mais interessava aos portugueses era converter os nativos ao cristianismo.
- (E) compreender a essência da exploração colonial portuguesa, caracterizada pelos investimentos em atividades agroindustriais e com forte aversão às trocas mercantis e à busca de metais preciosos.

48. O traumatismo da viagem é tamanho que, mal desembarcavam no Caribe, os “pretos novos” querem fugir. Os colonos, que compreendem isso, tentam amortecer o choque e aclimatam o escravo antes de botá-lo na oficina. Mas o desespero dos negros é tal que eles preferem se mutilar, se estrangular, do que tentar matar seu dono.

(Marc Ferro, *História das colonizações – Das conquistas às independências – século XIII a XX*, 1996)

O excerto trata

- (A) da alta produtividade do trabalho compulsório.
- (B) da rápida adaptação ao trabalho dos escravos africanos.
- (C) de mecanismos de resistências à escravidão.
- (D) da transição da mão de obra cativa para a livre.
- (E) dos pequenos lucros derivados do tráfico negreiro.

49. Os resultados mais duradouros deste despertar histórico se deram no campo da documentação e da técnica histórica. Colecionar relíquias do passado, escritas ou não, se transformou em uma paixão universal. Talvez, em parte, fosse uma tentativa de salvaguardá-la contra os ataques do presente, embora o nacionalismo provavelmente fosse seu mais importante estímulo: em nações até então adormecidas, os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional.

(Eric Hobsbawm, *A era das revoluções – 1789-1848*, 1995)

Segundo Eric Hobsbawm, as lutas sociais em parte dos séculos XVIII e XIX

- (A) estão diretamente relacionadas com o isolamento da História a partir de uma leitura crítica de sua relação com as demais áreas do conhecimento.
- (B) foram superadas pelo alinhamento do discurso científico, notadamente da área de ciências sociais, em relação ao nacionalismo europeu.
- (C) estão superdimensionadas diante da predominância na ciência histórica de uma narrativa refratária ao discurso das ciências sociais.
- (D) não podem ser pensadas de maneira dissociada dos grandes avanços alcançados nesse contexto a partir da ruptura da História com a ciência social.
- (E) culminaram na inserção da História nas ciências sociais a partir das transformações nas ciências em geral na chamada era das revoluções.

50. Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos – O breve século XX – 1914-1991*, 1995)

O excerto traz referências ao contexto

- (A) neoliberal, mediante a divisão do globo entre China e EUA, diante das disputas econômicas que caracterizaram o mundo nesse período, com ênfase ao papel de mediação exercido pelos russos nesse processo.
- (B) da Guerra Fria, na qual as ações e estratégias consideravam o chamado terceiro mundo como elemento central nessa disputa, razão pela qual, uma série de golpes e revoluções, ocorreu em quase todos os países terceiro mundistas.
- (C) de estabilidade vivenciada nos países do chamado cone sul após os desdobramentos políticos ocorridos mediante o Pacto de Moncloa entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.
- (D) latino-americano, que, de maneira unânime, se posicionou, por meio de seus governantes, ao lado dos EUA nas disputas territoriais que caracterizaram as disputas em torno do comércio global.
- (E) brasileiro, durante a ditadura cívico-militar, que atuou em parceria com países aliados da URSS, como a China e Cuba, vislumbrando benefícios políticos e econômicos para o país.

## REDAÇÃO

Leia os textos.

### TEXTO 1

Desde 2010, o ensino a distância (EAD) se tornou o motor por trás da expansão no ensino superior brasileiro, e uma área se destaca entre as demais: a carreira docente, que inclui os cursos de pedagogia e das outras licenciaturas. Em 2017, quase dois terços dos novos universitários nos cursos de formação de professores se matricularam na modalidade EAD, segundo um estudo divulgado pelo Movimento Todos pela Educação. Dados do Censo da Educação Superior mostram como o número de ingressantes de pedagogia ou outras licenciaturas aumentou 163% de 2010 a 2017.

“A profissão de professor é essencialmente uma prática, a função dele é garantir a aprendizagem dos alunos. Pra isso, ele precisa conhecer profundamente como os alunos aprendem. Não basta para ser professor só saber o conteúdo, tem que saber ensinar o conteúdo”, diz Ivan Gontijo, coordenador de projetos do Todos pela Educação. As duas modalidades de licenciatura exigem que os estudantes façam estágio prático em escolas durante a formação, um ponto que o documento considera, ao lado das discussões de estudos de casos reais, “de extrema importância” para formar um bom professor. No entanto, segundo Gontijo, no EAD, a qualidade dessa prática pode ficar comprometida pela falta de acompanhamento de um professor tutor ou de debates presenciais com professores e com os próprios colegas, além do risco maior de que o estágio seja apenas “pró-forma”, e as horas mínimas obrigatórias não sejam cumpridas.

(Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2019/08/15/futuros-professores-61percent-dos-calouros-de-pedagogia-ou-outra-licenciatura-estudam-a-distancia.ghml>. Acesso em: 29.09.2019. Adaptado)

### TEXTO 2

É cada vez maior a quantidade de estudantes que procura a modalidade de Ensino a Distância para fazer seus cursos no Nível Superior. É importante, no entanto, saber que nem todos os alunos se adaptam a esta forma de ensino e muitos acabam deixando os cursos no meio do caminho.

Entre as vantagens da modalidade de Ensino a Distância, destacam-se: 1) não é preciso sair de casa – muita gente mora longe das faculdades e chegar às instituições de ensino é, muitas vezes, caro e cansativo; 2) o aluno faz o seu horário – como as aulas começam assim que ele liga o computador, é muito mais fácil encaixar o tempo de estudo em sua rotina; 3) economia no gasto com a faculdade – entre ensino presencial e a distância, o segundo sai bem mais em conta, pois, além da locomoção e da alimentação, o custo da mensalidade de um curso a distância é bem menor do que de uma modalidade presencial, e ambas as modalidades irão oferecer o mesmo diploma.

Entre as desvantagens da modalidade de Ensino a Distância, destacam-se: 1) é preciso disciplina – sem ter alguém ao lado cobrando o desempenho nos estudos, como faz o professor em sala de aula, o aluno depende de sua própria disposição para estudar; 2) não há relacionamento com outros estudantes – outro desafio da graduação a distância é a baixa socialização no decorrer do curso, por não existir uma convivência presencial com os colegas de classe; 3) não há contato integral com o professor – as dúvidas que normalmente são tiradas em sala de aula com o mestre ao lado agora terão que ser resolvidas de outra forma, por meio do computador, e o tempo para estes questionamentos é menor, já que há um período determinado para isso.

(Disponível em: <https://profissaocerta.com.br/pros-e-contras-do-ensino-a-distancia>. Acesso em: 29.09.2019. Adaptado)

Com base nas informações dos textos e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

### A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA É UMA OPÇÃO VIÁVEL PARA A FORMAÇÃO DE BONS PROFESSORES?

## REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**





